

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

PEDRO HENRIQUE SILVA SPIESS

CONCEITOS-CHAVE SOBRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NAS
REDAÇÕES DE PRÉ-VESTIBULANDOS: DO TERROR AO
ESTRANGEIRO AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Porto Alegre
2021

PEDRO HENRIQUE SILVA SPIESS

**CONCEITOS-CHAVE SOBRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NAS
REDAÇÕES DE PRÉ-VESTIBULANDOS: DO TERROR AO
ESTRANGEIRO AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Professora Lia Schulz

Porto Alegre
2021

Dedico este trabalho de conclusão de curso
à minha família

AGRADECIMENTOS

Apesar de ter nascido e vivido em um contexto familiar conturbado, nunca me faltou incentivo ao estudo. Isso, com toda certeza, influenciou na minha caminhada até aqui. Agradeço, então, aos meus pais, que, dentro do possível, deram-me suporte – principalmente à minha mãe, que me colocou como prioridade mesmo quando essa possibilidade pareceu impossível.

Ao meu amigo Rica, que, por vezes, foi meu ombro nos momentos mais difíceis da graduação.

Às professoras e aos professores, em especial à Juliana – que me acolheu em uma cadeira que mexeu com todos os meus traumas – e à Lia – que participou de praticamente todas as etapas da minha formação, direta ou indiretamente.

Por fim, às pessoas que estiveram comigo nesse período pandêmico e me ajudaram, mesmo que nos mínimos detalhes, a me manter firme: Dani, Cherry, Gaspa e Jú.

RESUMO

Este trabalho busca analisar o distanciamento entre o discurso científico – da Sociolinguística – e o repertório de alunos em processo preparatório para os concursos vestibulares. A pesquisa foi realizada através da análise de redações produzidas por alunos de um curso pré-Vestibular de Porto Alegre-RS, dos quais foram selecionados trechos que avaliaram o uso de estrangeirismos entre falantes do português brasileiro. A partir da comparação entre ciência, legislação educacional e repertório dos alunos, pode-se perceber que há incongruências entre o que a sociolinguística atribui como verdade e o que chega ao texto dos estudantes ao final do ensino básico. Por fim, há a apresentação de hipóteses para a existência do fenômeno apresentado.

Palavras-chave: estrangeirismos; Sociolinguística; redação; legislação educacional.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the distance between scientific discourse – Sociolinguistics – and repertoire of students in preparatory process for the college entrance examination. This research was realized from the analysis of texts that were produced by students from an education institution in Porto Alegre-RS, and then some parts were selected, mostly the ones that evaluated the use of foreignism between Brazilian Portuguese speakers. From the comparison between science, educational legislation and student's repertoire, it's correct to affirm that are inconsistencies between what sociolinguistics attributes as truth and what becomes text of students that are finishing high school. Finally, there is the presentation of hypothesis for the existence of the phenomenon.

Keywords: foreignism; Sociolinguistics; redaction; educational legislation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CONCEITOS (SOCIO)LINGUÍSTICOS: DA LINGUAGEM AOS ESTRANGEIRISMOS	11
VARIAÇÃO, VARIEDADE E ESTRANGEIRISMOS SOB A ÓTICA DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL	18
COMO TUDO ISSO CHEGA (OU NÃO) AOS TEXTOS DOS ALUNOS	21
RASCUNHANDO POSSIBILIDADES PARA A DISTÂNCIA ENTRE OS DISCURSOS CIENTÍFICO E ESTUDANTIL	28
QUE CONCLUO E O QUE NÃO POSSO CONCLUIR	31
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS	35

INTRODUÇÃO

Desde o primeiro semestre no curso de Licenciatura em Letras, desenvolvi um grande interesse pela área da Sociolinguística, mais especificamente em relação à variação e à crença, alimentada por alguns gramáticos e comprada pelo senso comum, de que o português brasileiro está em processo de (auto)destruição. Nunca consegui, entretanto, realizar uma pesquisa proveitosa acerca desses temas, o que, posso afirmar, foi um ponto frustrante em minha graduação.

Apesar de sempre notar, em textos produzidos por alunos de escolas públicas e privadas, diversas marcas de que há um distanciamento entre a ciência e o discurso dos discentes, nunca tive, pelos contratempos que a vida impõe, a oportunidade de realizar um documento contundente na área. Essa pesquisa, portanto, é mais que um trabalho de conclusão de curso: é uma realização. Encerrar a graduação pesquisando sobre o que mais me instigou nesses quase seis anos de curso é, realmente, o dito “fim com chave de ouro”.

Nos últimos anos, tenho sido professor e corretor de redação em cursos pré-vestibulares. Nessa caminhada, lidei com diversos alunos de diversas realidades, mas, em relação a praticamente todos, notei uma lacuna entre os conhecimentos que construí ao longo da graduação e as ideias que lia nos textos deles, especialmente nos que abordavam, de forma direta ou tangente, língua e linguagem. “Como será possível?”, eu pensava. A mais recente foi nesse ano, 2021, em fevereiro, quando os estudantes de um curso no qual trabalho tiveram a incumbência de escrever uma redação, no tipo dissertativo-argumentativo, sobre a proposta do vestibular da UFRGS de 2012: “Os Adamastores da Língua Portuguesa”.

A respeito da redação no tipo dissertativo-argumentativo, é possível perceber que há uma certa estabilidade textual se consolidando ao longo dos anos, a qual extrapola qualquer limite imposto por qualquer outro gênero. Em razão da estrutura dos parágrafos - introdução, desenvolvimento(s) e conclusão muito bem consolidados e marcados - e da razão social da escrita - realizada para fins

específicos, em contextos específicos e para um leitor-corretor -, é correto afirmar que, há, socialmente, um novo gênero textual em formação: a redação de vestibular. Como essa discussão é ainda um pouco recente, alguns ensaios buscam apresentar evidências, a depender do concurso em discussão, de que há ou não um gênero de texto que caracteriza e influencia a produção dos candidatos¹.

Dentro desse contexto, então, os alunos projetaram nos textos as suas opiniões sobre o que freava, impedia, impossibilitava a disseminação da Língua Portuguesa pelo mundo. Como é de se esperar em qualquer proposta de texto dissertativo, muitos não compreenderam a ideia. Alguns alunos questionaram, inclusive, a dificuldade imposta pelos professores de língua materna, colocando-a como um Adamastor². Houve, entretanto, os que entenderam a proposta e, dessa forma, utilizaram seu repertório particular para explicar por que o Português é uma língua tão restrita que não supera barreiras, como muito bem fazem o Inglês e o Mandarim.

Dentro desses trabalhos, diversos alunos apontaram os obstáculos econômicos, culturais, religiosos e extralinguísticos como principais Adamastores da língua portuguesa. Houve, também, os que entendiam que a culpa desse problema - se é que assim podemos chamá-lo - era dos próprios habitantes (questão que tratarei brevemente). Por fim, e para o desespero dos linguistas que, no final do século XX, combateram o projeto antiestrangeirismos de Aldo Rebelo³, um número

¹ Nesse contexto, há trabalhos ensaísticos, como “A redação do ENEM como gênero textual-discursivo: uma breve reflexão”, de Daniela Prado e Rodrigo Morato (2016), que encontram evidências de que a proposta do Exame Nacional já recebe escritas com estruturas relativamente fixas; em relação à redação do vestibular da UFRGS, entretanto, a realidade é outra: apesar de ser um texto que é escrito sobre um assunto aleatório para um leitor-avaliador, as estruturas escritas pelos alunos variam de forma mais acentuada, sendo difícil, até então, definir que há, de fato, um gênero textual associado ao concurso. Sobre isso, Daniela Haas e Ana Guimarães (2014) discutiram em “Redação de vestibular: um gênero de texto?”.

² Entende-se por Adamastores, aqui, obstáculos para a divulgação - ou transmissão - da cultura. Baseado na mitologia greco-romana, Camões, n’*Os Lusíadas*, apresenta-nos o “Gigante Adamastor”, que representava as dificuldades impostas pelos mares para a descoberta do desconhecido. Nas palavras do escritor moçambicano Mia Couto, em referência ao poeta, “*o mar foi ontem o que o idioma pode ser hoje, falta vencer alguns Adamastores*”. Isto é, a Língua Portuguesa, assim como o mar no passado, é a responsável contemporânea pela difusão das culturas dos povos lusófonos. Assim como os mares, entretanto, ela possui alguns obstáculos: os Adamastores.

³ O Projeto de Lei 1676/1999 tinha, como objetivo principal, a proibição - através de multa e outras sanções - do uso de estrangeirismos, em especial os anglicismos (palavras emprestadas pela língua inglesa), no país. O deputado Aldo Rebelo (PCdoB), no ano de 1999, visou proteger a língua portuguesa das influências externas, mantendo, na sua visão, a soberania nacional inabalável.

significativo de alunos culpou o excesso de estrangeirismos que permeiam nosso léxico. Para eles, não há sombra de dúvida de que o uso de palavras de outras línguas é um dos principais - se não o principal - culpados da não disseminação do Português mundo afora.

Tendo isso em vista, neste trabalho, irei analisar, através da leitura de textos produzidos por estudantes referente à proposta explicitada acima, como alunos vestibulandos, ao final da escolarização básica, descrevem e avaliam o uso cotidiano de estrangeirismos. Antes de tudo, a fim de demarcar minhas concepções sobre alguns conceitos-chave para a análise, realizarei, anterior a ela, uma abordagem sobre conceitos ainda em disputa dentro do campo da Linguística, como de língua, linguagem, variação e variedades; além disso, comentarei um pouco sobre a história da Sociolinguística, com o fito de entender de que forma se construiu o campo da ciência que dá ênfase à língua em uso. Nesse cenário, explorarei, ainda, de que maneira os documentos oficiais, especificamente os PCNs e a BNCC, abordam variação linguística e estrangeirismos, a fim de entender o que o país espera dos estudantes nesse campo.

Na análise dos textos, buscarei expor o distanciamento entre a ciência e o discurso estudantil, demonstrando que os documentos oficiais, de uma forma ou de outra, possivelmente não se refletem nas práticas educacionais. Por fim, como a veia de professor suplica por ser ouvida, estabelecerei hipótese(s) para esse fenômeno. É importante mencionar que este trabalho não tem a pretensão de estabelecer uma análise sociolinguística - pois não apresenta uma metodologia eficaz no sentido de buscar diferentes ocorrências linguísticas em contextos comunicativos distintos -, tampouco apresenta resoluções definitivas sobre o ensino de Língua Portuguesa nas escolas, pois não realiza observações ou planos de ensino que foram/serão aplicados. Essa produção, portanto, tem o objetivo central de evidenciar que o discurso do alunado não se aproxima de conhecimentos relativamente consolidados na Linguística. Buscar os principais causadores desse distanciamento, entretanto, é tarefa para um outro momento, com outras metodologias e outros objetivos. Contudo, a criação da hipótese é, digamos, uma vontade interna incalável.

A partir desse documento, espero dar luz a questões que são muito pertinentes, embora esquecidas pelo ensino tradicional. Se há um consenso tão forte entre os cientistas de que a língua portuguesa não sofre qualquer ameaça, por que, então, tais discursos são tão comuns entre os estudantes? O que gera esse tipo de repertório? Afinal, por que, após tantos anos de discussões acerca do ensino de português, especialmente no século XXI - peguemos, para início de debate, os PCNs, publicados há 23 anos -, ainda formamos alunos que não conseguem enxergar os fenômenos linguísticos como naturais? Além disso, de que forma essa (des)informação ressoa nos discursos produzidos por eles próprios?

Para fins de organização, esse trabalho será exposto da seguinte maneira: em primeiro lugar, irei apontar o referencial teórico que embasará a análise. É a partir dele que será definido o foco de leitura acerca dos textos selecionados. Em um segundo momento, contextualizarei a pesquisa, apresentando o cenário em que os textos que serão desmembrados foram produzidos. Em seguida, analisarei detalhadamente as redações selecionadas como objeto de pesquisa, a fim de expor, com clareza, a questão em debate. Por fim, apresentarei as considerações finais, retomando os objetivos aqui expostos e debatendo possíveis respostas para as perguntas preconcebidas.

1 CONCEITOS (SOCIO)LINGUÍSTICOS: DA LINGUAGEM AOS ESTRANGEIRISMOS

Neste capítulo, farei um apanhado sobre conceitos que darão subsídios para a análise dos textos produzidos pelos vestibulandos. Este capítulo tem o objetivo de demonstrar, do maior para o menor, de que forma os conhecimentos produzidos por linguistas, desde a “invenção” da ciência, deveriam ao menos embasar o ensino de Língua Portuguesa enquanto disciplina de Ensino Fundamental e Médio.

Cabe, em primeiro lugar, situar os conceitos de língua e linguagem, pois é a concepção que construí sobre eles que fundamenta este trabalho. Quando iniciei a graduação em Letras, em 2016, minha resposta para a pergunta “o que é linguagem?” era a tradicional mais genérica possível: um meio de comunicação. Não conseguia conceber, por exemplo, a existência das mais diversas funções da linguagem, mesmo que as utilizasse em abundância no cotidiano. Conforme afirma Fiorin (2013), “a linguagem é a capacidade específica da espécie humana de se comunicar por meio de signos” (FIORIN, 2013, p. 13). Mas não só isso: ela é o que torna capaz a interação. O autor afirma, na mesma obra, que é essa competência que a diferencia, por exemplo, da “linguagem” das abelhas, pois elas são incapazes de determinar e influenciar ações umas das outras. Portanto, é na e pela linguagem que convencemos, amamos e odiamos, perdoamos e condenamos, manipulamos os outros. E mais que isso: é através dela que somos convencidos, somos amados e odiados, perdoados e condenados, manipulados. Porque ela é, dentro da interação, sempre uma via de mão dupla. Nas palavras de Fiorin,

compreende-se por que ela é onipresente. Sem ela, não se pode estruturar o mundo do trabalho, pois é ela que permite a cooperação entre os homens e a troca de informações e de experiências. Sem ela, o homem não pode conhecer-se nem conhecer o mundo. Sem ela, não se exerce a cidadania, porque os eleitores não podem influenciar o governo. Sem ela não se pode aprender, sem ela não se podem expressar os sentimentos, sem ela não se podem imaginar outras realidades, sem ela não se constroem as utopias e os sonhos. (FIORIN, 2013, p. 32).

E é dela, onipresente, que surgem as línguas. Voltemos, agora, ao Pedro de 2016. O que é língua, afinal? “Um código que é usado para exercer a linguagem” seria provavelmente a resposta mais qualificada que alguém extrairia de mim. Sabe-se que não é somente através da língua, entretanto, que a linguagem se efetua. Um gesto desprezioso seguido de um “urro” é uma forma de linguagem, que sinaliza um sentido - nesse caso, um cumprimento - e que exige uma resposta. A língua, mais que isso, é, ainda nas palavras de Fiorin, “um sistema de signos específicos de dada comunidade” (FIORIN, 2013, p. 14). Isso quer dizer, em outras palavras, que a língua de um povo é a forma como ele enxerga o mundo. Se, no português, chamamos de “dedo” todo e qualquer dedo, no inglês há o “*finger*” para os das mãos e o “*toe*” para os dos pés. Isso ocorre porque a comunidade de falantes da língua inglesa um dia achou necessário diferenciá-los linguisticamente, ao passo que os falantes de língua portuguesa preferiram “economizar” o léxico. É correto afirmar, além disso, que a língua é uma ferramenta da linguagem, pois, se a partir dessa é que interagimos com o mundo e com outros humanos, é a partir daquela que essa interação, na maioria das vezes, se efetua. Sobre isso, evoco novamente Fiorin: “Mas a língua não é só o instrumento pelo qual percebemos o mundo, não é apenas uma forma de interpretar a realidade. A língua é também o meio pelo qual interagimos socialmente.” (FIORIN, 2013, p. 18). Ainda mais longe vão Faraco e Tezza em *Prática de texto para estudantes universitários*, quando apontam a língua como um “conjunto de variedades” (FARACO e TEZZA, 2001). Sobre isso, contudo, falarei quando abordar as variações, ainda neste capítulo.

Então concebidas linguagem e língua, devo também conceituar a ciência que as estuda. A Linguística, enquanto área do conhecimento, surge, de acordo com Saussure, em três etapas: em primeiro plano, fazia-se “Gramática”, que é o “estudo” prescritivo da língua, com função exclusiva de formular regras que, conforme alguns ainda desejam, não podem ser destruídas e/ou desrespeitadas. Em seguida, surge a Filologia, que, baseada na língua escrita, estuda e interpreta textos, ignorando a parte mais social e orgânica da linguagem, que é a falada. Por fim, surge, então, a Linguística, que

é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de

épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a 'bela linguagem', mas todas as formas de expressão. (SAUSSURE, 2014, p. 37).

Com o *Curso de Linguística Geral* surge, portanto, a “humanização” dos estudos da língua. Não que antes fossem realizados por animais ou algo do gênero, mas porque temos o início da compreensão de que os estudiosos deveriam considerar toda e qualquer ocorrência linguística para fins de análise. Não é meu objetivo - tampouco meu papel - ser crítico a Saussure, mas ideias como “povos selvagens” e “linguagem correta” evidenciam que havia, ainda, um outro passo a ser dado. Uma nova ótica de estudar as línguas precisava ser concebido, e então temos a Sociolinguística.

É nesse ramo da Linguística, então, que o uso real, inalienável de espaço, tempo e contexto, é especificamente estudado e dissecado. Conforme Cezário e Votre (2015), a sociolinguística entende variação e mudança como intrínsecas às línguas, ou seja, impossíveis de serem desvinculadas de qualquer análise linguística. Nesse mesmo contexto, cabe, segundo Mendes (2013), “ao (socio)linguista [...] descrever e explicar os significados sociais e correlatos a certos usos linguísticos” (MENDES, 2013, p. 113).

Ronald Mendes, no mesmo texto, explica que Labov, tido como o fundador da Sociolinguística, procurou, através da inserção do “socio” a “linguística”, desmistificar a ideia Chomskyana de que a língua é um conhecimento biológico, que está localizado na mente humana. Segundo o ideal laboviano, a língua é social, e tudo o que ocorre nela e através dela deve ser analisado em termos sociais.

Para Labov, a língua não se ‘localiza’ na mente de seu falante, mas no seu uso por uma comunidade de falantes. Daí segue que as instituições sobre a gramática de uma língua [...] devem ceder lugar às ocorrências, aos dados que a fala das pessoas oferece. (MENDES, 2013 p. 113).

Como a Sociolinguística define que o seu objeto é a língua em seu uso real, resta, portanto, definir as questões que surgem a partir da interação e do uso: variação e variedade. A primeira, segundo Leite (2005), é o próprio produto do uso: uma vez que a língua é utilizada em interação, as variações acontecem. As variedades, por sua vez, são todas as ocorrências linguísticas que compõem uma

língua. Ainda de acordo com Leite, temos que a língua é um contínuo de variedades, as quais são

devidas tanto a fatores inerentes ao próprio usuário como aos dados devidos à situação de comunicação em que ele se encontrar. Desse modo, há variáveis próprias do falante, que são sua *origem geográfica* e sua *classe social*, o que conforma o que se pode entender por *dialeto*. Outros dados, no entanto, são típicos dos diversos contextos de comunicação em que se integra o usuário ao longo de seu dia. Esses são, então, chamados de registros [...], e se configuram pelo maior ou menor grau de formalidade ou informalidade nos contatos sociais. (LEITE, 2005, p. 185).

Vale mencionar, ainda, que há, como é sabido, variações que obtêm maior prestígio social, em detrimento de outras - que compõem a grande maioria do contínuo de variedades da Língua Portuguesa - menos prestigiosas. Tais variedades são ampliadas por Faraco (2008), que as equipara, sob a ótica da Sociolinguística, a normas, todas dotadas de organização e, portanto, linguisticamente equivalentes. Dentre elas, há, como mencionado, as que detêm mais prestígio, que são comumente denominadas por linguistas como “norma culta”. Essa, segundo Faraco (2008), é “a variedade de uso corrente entre falantes urbanos com escolaridade superior completa, em situações monitoradas” (FARACO, 2008, p. 49). Para este trabalho, entretanto, importa mais as questões socioeconômicas que envolvem as normas e, portanto, as noções de prestígio. Nesse sentido, ainda de acordo com Faraco (2008), é considerado culto aquele falante que goza de uma posição privilegiada na estrutura social e econômica. Essa questão, como veremos ainda neste capítulo, corresponde ao conceito de valor que é atribuído à língua (e, por que não, aos estrangeirismos) e aos falantes dela.

Feita toda essa abordagem, volto ao meu foco: os estrangeirismos⁴. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que há, entre linguistas, um enorme consenso de que eles são um fenômeno completamente natural, que não configura qualquer perigo para a manutenção e perpetuação da língua portuguesa. No livro *O português*

⁴ É importante mencionar que os estrangeirismos decorrem do processo de neologia por empréstimo - isto é, novas palavras que se inserem ao léxico a partir de vocábulos estrangeiros. Há aqueles que se fixam naturalmente às estruturas e ao uso da Língua Portuguesa, como “futebol” (formado a partir do empréstimo *football*), e aqueles que não encontram respaldo entre os falantes e, portanto, desaparecem. Neste trabalho, entretanto, utilizarei os termos “estrangeirismo” e “empréstimo” como sinônimos.

da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos, Rodolfo Ilari (2011) explicita o caráter irreprimível e natural dos empréstimos através da exposição da importância deles na formação do português brasileiro:

Muitas palavras do português brasileiro que têm sua origem em línguas estrangeiras chegaram ao Brasil através do português europeu. Não poderia ter sido de outro modo, porque durante todo o período colonial, os contatos do Brasil passavam obrigatoriamente por Portugal. Entrementes, na situação de multilinguismo que caracterizou o Brasil-Colônia, o português teve uma convivência estreita com línguas indígenas e africanas, e seu vocabulário enriqueceu-se enormemente nesse contato. (ILARI, 2011, p. 138).

Entre os exemplos desse enriquecimento, o autor cita palavras como “mandioca”, “aipim” e “angu”, usadas de forma vasta - e sem qualquer substituto da Língua Portuguesa “em sua pureza” - no território nacional, sem causar qualquer dano à saúde linguística dos brasileiros. Sobre a desnecessidade de temer os estrangeirismos, o linguista Mário A. Perini (2008), em seu livro *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*, afirma que

não há o menor sintoma de que os empréstimos estrangeiros estejam causando lesões na língua portuguesa; a maioria, aliás, desaparece em pouco tempo, e os que ficam se assimilam. O português, como toda língua, precisa crescer para dar conta das novidades sociais, tecnológicas, artísticas e culturais; para isso, pode aceitar empréstimos [...]. (PERINI, 2008, p. 13)

Ainda nesse ensaio, o autor ressalta que “a língua está aí, inteira: a estrutura gramatical não mudou, a pronúncia é ainda inteiramente nossa, e o vocabulário é mais de 99% de fabricação nacional. Por enquanto, falamos português” (PERINI, 2008, p. 15), em clara provocação àqueles que, como Aldo Rebelo em 1999, insistem em questionar a soberania da língua portuguesa no território brasileiro.

Partindo-se do princípio de que os estrangeirismos - ou empréstimos - são perfeitamente naturais e não configuram qualquer ameaça à língua portuguesa, surge a curiosidade: por que há, então, essa guerra? Nessa perspectiva, Pedro Garcez e Ana Zilles, no ensaio “Estrangeirismos: desejos e ameaças” (GARCEZ e ZILLES, 2012), que compõe o livro *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*, apresentam a real intenção daqueles que têm o objetivo de sitiar a língua:

Embora o debate em si seja movido, no fundo, pelas posições políticas e sociais dos diferentes grupos, ele trata, na superfície, de questões linguísticas, de modo que a arena de discussão se torna também terreno fértil para a produção de discursos superficiais e equivocados sobre a natureza da linguagem, sobre o uso prestigioso e 'correto' da língua da comunidade e sobre a própria vida social da linguagem. O propósito dessa movimentação ideológica é estabelecer o que é legítimo na língua da comunidade, na língua do poder - a variedade linguística idealizada [...]. (GARCEZ e ZILLES, 2012, p. 14)

Assim, tem-se que a repulsa e o medo aos estrangeirismos é, também, um preconceito linguístico reprimido. Conforme os autores frisaram, os empréstimos, assim como qualquer outro fenômeno, mexem com a estrutura da variedade prestigiada da língua. Isto é, há, a partir do uso de um empréstimo, uma movimentação linguística, o que é rejeitado por uma parcela específica da população: aquela que usufrui da conservação.

Por fim, através das ideias desenvolvidas pelo linguista Maurizio Gnerre no livro *Linguagem, escrita e poder*, abordarei o conceito de valor. De acordo com o autor, “Uma variedade linguística 'vale' o que 'valem' na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.” (GNERRE, 1991, p. 6). Nesse sentido, é possível entender que, além de serem concomitantes, as variedades linguísticas possuem diferentes valores sociais - que antes chamei de “prestígio” -, os quais estão diretamente associados às condições socioeconômicas dos falantes. Gnerre ainda expõe que isso tem relação direta com os estrangeirismos, uma vez que eles são adotados, em boa parte das vezes, por conta do prestígio social que a língua original obtém internacionalmente, a exemplo do que foi o francês e o que é, atualmente, o inglês. Para exemplificar essa questão, o linguista realiza uma abordagem histórica:

Na fase de definição da norma linguística para as línguas das monarquias européias, fase que coincidiu com a época histórica de fortalecimento das grandes monarquias, foi o saber clássico que foi usado para dar credibilidade às gramáticas dos falares “vulgares” e para expandir os léxicos através de uma quantidade de empréstimos do Latim e do Grego. (GNERRE, 1991, p. 26).

Assim, é correto afirmar que os estrangeirismos e o valor atribuído à língua - e essa sendo um conjunto de variedades - têm relação muito estreita entre si, sendo impossível, conseqüentemente, separá-los⁵.

Feito essa análise, na qual conceituei linguagem e língua; Linguística e Sociolinguística; variação e variedades; e estrangeirismos e a ideia de valor, vamos agora entender como esses itens aparecem na legislação educacional, especialmente em dois documentos: os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular. É pertinente antecipar que, neste trabalho, será priorizada a visão dos documentos acerca de, especificamente, variação, variedade, estrangeirismos e valor, a fim de embasar a análise dos textos.

⁵ As noções de valor poderiam ser ampliadas caso levássemos em conta a ideia de *ideologias linguísticas*, que, de acordo com Battisti, Othero e Flores (2021), são construídas pela “produção e a percepção da linguagem e das diferenças sociais no cotidiano das comunidades” (BATTISTI, OTHERO e FLORES, 2021, p. 258). Elas, então, embasam as questões que cercam o valor social (e, portanto, econômico, geográfico etc.) da língua. Como o foco deste trabalho é analisar o repertório dos alunos acerca dos estrangeirismos especificamente, não irei ampliar demasiadamente essa discussão. Para fins de pesquisa, contudo, a bibliografia referente às *ideologias linguísticas* é ainda breve em língua portuguesa; em inglês, encontra-se mais sobre em Lesley Milroy (2004), no capítulo ‘Language ideologies and linguistic change’.

2 **VARIAÇÃO, VARIEDADE E ESTRANGEIRISMOS SOB A ÓTICA DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL**

Neste capítulo, analisarei brevemente de que forma os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular - principais documentos que regem a educação brasileira - tratam os conceitos de variação, variedade e estrangeirismo, este associado à ideia de valor. Assim, será possível entender o modo que a legislação educacional aponta como tais conceitos deveriam chegar às escolas.

Em primeiro lugar, vamos aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que significaram uma grande mudança nas diretrizes educacionais brasileiras. No documento, é sinalizado que, no Ensino Fundamental, espera-se que o aluno

seja capaz de verificar as regularidades das diferentes variedades do Português, reconhecendo os valores sociais nelas implicados e, conseqüentemente, o preconceito contra as formas populares em oposição às formas dos grupos socialmente favorecidos (BRASIL, 1998, p. 52).

Vê-se, portanto, um grande foco no reconhecimento das variedades linguísticas com o objetivo de esclarecer e combater o estigma associado às formas menos prestigiosas. Nesse sentido, é perceptível que o documento apresenta não só preocupação em relação ao preconceito linguístico, mas também ímpeto em acompanhar o que, na época, tinha-se de mais moderno na Linguística. Isso fica ainda mais explícito quando se explica que houve, nos Parâmetros, um esforço para a ressignificação da noção de erro, que norteia o ensino tradicional de Língua Portuguesa. Em outro momento, os PCNs mencionam que são valores e atitudes subjacentes às práticas de linguagem a “valorização das variedades linguísticas que caracterizam a comunidade dos falantes da Língua Portuguesa nas diferentes regiões do país” (BRASIL, 1998, p. 64). Dessa forma, é correto dizer que o documento, no que se refere à variação linguística, apresenta grande esforço em adequar-se ao que a Sociolinguística propõe - por exemplo, como vimos em Faraco e Tezza, no capítulo anterior, a língua é um “conjunto de variedades” -, preocupando-se, ainda, com a carga cultural e linguística dos estudantes.

Em relação aos estrangeirismos, há, no documento em questão, uma só menção, que especifica uma ação de análise linguística: “emprego adequado de palavras limitadas a certas condições histórico-sociais (regionalismos, estrangeirismos, arcaísmos, neologismos, jargões, gíria)” (BRASIL, 1998, p. 63). Não há, nesse caso em específico, uma predisposição à análise dos estrangeirismos enquanto fenômeno linguístico natural e irrefreável, a fim de expor essa ideia ao alunado; por outro lado, o documento estabelece que o aluno deve, a partir das práticas educativas, entender o emprego **adequado** dessas palavras, atribuindo, de certa forma, um juízo de valor a elas. Quanto aos PCNs do Ensino Médio, datados de 2000, pouco se fala, na parte de Linguagens, sobre essas questões. No tópico “Respeitar e preservar as diferentes manifestações da linguagem utilizadas por diferentes grupos sociais [...]” (BRASIL, 2000, p. 8), por exemplo, o reconhecimento das diferentes variantes surge com o objetivo de estabelecer a comparação entre a padrão e “as outras” nos aspectos fonológicos, sintáticos e semânticos.

De modo geral, os PCNs apresentam bastante relação com o que a Sociolinguística pauta no que se refere às variações e variantes, como preconizado no capítulo anterior. Sobre os estrangeirismos, a meu ver, falta, antes da disposição sobre a sua adequação ou falta dela, um debate sobre o caráter intrínseco que eles apresentam em relação à língua.

O outro documento oficial que será analisado sob esses vieses é a Base Nacional Comum Curricular, que, embora tenha sido promulgada em 2017, passou por algumas modificações ao longo do tempo, motivadas principalmente por questões políticas. Se comparada aos PCNs, a Base carrega as mesmas ideias relacionadas à variação linguística, o que demonstra coerência entre o documento e o discurso científico. Um exemplo disso é o trecho que dispõe exatamente sobre Variação Linguística:

- “Conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos
- Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica.” (BRASIL, 2018, p. 83).

Cabe destacar, também, uma das habilidades propostas pela Base aos anos do Ensino Médio, que preconiza não só a discussão sobre a existência das variantes, mas também sobre o caráter natural delas, consequência da dinamicidade da língua em uso:

“(EM13LP10) Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos.” (BRASIL, 2018, p. 508)

Nesse caso, pouco se altera de uma legislação educacional para a outra - o que é, com certeza, um ponto positivo. Quanto aos estrangeirismos, assim como nos PCNs, há uma única menção no documento, nas habilidades que deverão ser desenvolvidas ao nono ano: “(EF09LP12) identificar estrangeirismos, caracterizando-os segundo a conservação, ou não, de sua forma gráfica de origem, avaliando a pertinência, ou não, de seu uso” (BRASIL, 2018, p. 191). Novamente, vê-se uma preocupação em analisar a pertinência das palavras que se inserem no léxico através de empréstimo, mas não em apontar como esse fenômeno é incontrolável.

Dessa forma, é possível avaliar como muito positiva a forma como os documentos legislativos abordam questões associadas à variação e às variantes, a fim de expor a naturalidade e de promover o respeito às variedades estigmatizadas; entretanto, quando se refere aos estrangeirismos, os documentos não apresentam esforço para naturalizar o fenômeno, prevendo somente a discussão sobre a adequação/inadequação (nos PCNs) e sobre a pertinência/impertinência (na BNCC) acerca do uso das palavras estrangeiras no cotidiano. A impressão que fica, portanto, é de que não importa, para os documentos, nem o caráter irrefreável dos estrangeirismos, nem a discussão sobre o valor que a eles é atribuído a cada uso, questões caras a esse assunto.

3 COMO TUDO ISSO CHEGA (OU NÃO) AOS TEXTOS DOS ALUNOS

Aqui, analisarei, a partir das ideias apontadas nos capítulos anteriores, textos produzidos por vestibulandos. Antes de mais nada, é importante apresentar o contexto de produção destas escritas.

Todos os textos que serão utilizados tiveram como tema motivador a proposta de escrita do vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de 2012 (ANEXO I). O tema, à época, gerou polêmica por conta da sua complexidade. Nele, os candidatos foram instigados a escrever sobre a Língua Portuguesa como intermediadora da configuração da nossa identidade; entretanto, o que tornou essa tarefa difícil foi a delimitação: além de falar sobre o idioma e a forma como ele é parte essencial da cultura e da história de um povo, os estudantes precisaram desenvolver um texto dissertativo-argumentativo sobre os obstáculos - os “Adamastores”, como apresentei na introdução - para a disseminação da Língua Portuguesa pelo mundo, bem como para a relação entre os países lusófonos. Nesse sentido, os candidatos delimitaram questões e explicaram por que, sob ponto de vista deles, elas eram “Adamastores”.

No caso dos textos que serão analisados neste trabalho, além da distância temporal - embora o tema tenha sido lançado no Concurso Vestibular de 2012, as escritas em questão foram realizadas nos anos de 2020 e 2021 -, o que permitiu uma melhor reflexão, não houve a pressão que o processo impõe, uma vez que os alunos tiveram um prazo de uma semana para enviar a escrita.

Além disso, cabe afirmar que as produções foram realizadas por então vestibulandos - isto é, por estudantes que estavam em processo preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio e para os mais diversos concursos vestibulares, como o da UFRGS - e, portanto, expõem o repertório de cada um dos alunos sobre o assunto, que tratava diretamente de língua, linguagem e, como veremos, variação.

Por fim, para garantir a privacidade dos autores dos trechos que serão analisados, bem como da instituição que solicitou a proposta de escrita, todos os dados extratexto serão mantidos em sigilo. Para fins de organização, farei uso de pseudônimos, os quais, por óbvio, não coincidirão com o nome verdadeiro dos

alunos. Cabe frisar, ainda, que os termos de privacidade foram acordados com o responsável legal pelo curso preparatório em questão por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO II).

É cabível considerar, em relação ao perfil dos autores dos trechos que serão discutidos, que o curso pré-vestibular em questão é privado e, apesar de haver a possibilidade de ser bolsista, a grande maioria dos alunos é mensalista. Além disso, a instituição é localizada no centro de Porto Alegre e, portanto, se distingue em público daquelas que estão nas zonas nobres da cidade. Por fim, a faixa etária dos estudantes que terão trechos analisados varia entre 18 e 21 anos.

A organização das análises será realizada da seguinte maneira: em um primeiro momento, apresentarei dois trechos de textos distintos, referentes aos anexos III e IV. Neles, mostrarei de que forma os alunos em questão enxergam conceitos-chave de Sociolinguística, os quais desenvolvi no segundo capítulo. A seguir, voltarei o foco das análises para a visão dos alunos sobre estrangeirismos; nesse momento, três textos serão examinados, referentes aos anexos V, VI e VII. Ao final, apresentarei um novo tópico, com o objetivo de propor hipóteses para a recorrência de discursos semelhantes aos dos estudantes.

Então, antes de focar na questão central deste trabalho, que é a visão dos vestibulandos sobre os estrangeirismos e o uso deles no português brasileiro, gostaria de apresentar algumas noções que os estudantes desenvolveram sobre conceitos abordados previamente, no capítulo “Conceitos (socio)linguísticos: da linguagem aos estrangeirismos”. Em primeiro lugar, destaco o seguinte trecho, escrito por Rafael:

“Exemplificando, no Brasil, a chegada das navegações de Portugal, com a **linguagem portuguesa**, o desembarque de indivíduos da África, com o **dialeto africano**, somado às comunidades indígenas, que já estavam na área com **suas expressões (principalmente o tupi)**, resultaram no português brasileiro.” (ANEXO III)

Nota-se, aqui, uma distinção de tratamento entre as línguas que, segundo Rafael, compõem o português brasileiro: existe a “linguagem” portuguesa, que, por ser a que colonizou e subjugou, recebe mais prestígio; o dialeto africano, que, além de unificar todas as línguas faladas no continente, coloca-as como um sistema

menos complexo ou menos prestigioso, vide o uso de “dialeto”; e as expressões indígenas, como o Tupi - língua que era falada pela maior parte dos povos nativos -, que recebe um tratamento completamente diferente, dando a entender que não havia a articulação necessária para ser língua, sendo caracterizado como um conjunto de expressões realizadas pelos indígenas.

Dessa forma, é possível perceber que Rafael não consegue definir, de forma clara, o que é uma língua e, mais que isso, deixa claro que há uma grande diferença - de nível e prestígio - entre o que era falado pelos portugueses (linguagem) e pelos nativos (expressões).

Em outro texto, elaborado por Laura, há uma confusão entre o uso da língua e a capacidade de leitura, que resulta, inclusive, em um discurso carregado de preconceito:

"Até o momento, há uma taxa muito grande de analfabetismo, que dificulta o enriquecimento da língua, uma vez que, se a população nativa não possui domínio da língua, qual seria a urgência para que o mundo também tenha que saber falar português?" (ANEXO IV)

Nesse caso, Laura claramente entende “domínio da língua” como o domínio da leitura e da escrita; nesse sentido, toda pessoa analfabeta não “sabe falar português”. Para ela, portanto, o analfabetismo é um dos adamares para a promoção da Língua Portuguesa mundo afora. Vimos, entretanto, ao longo do capítulo “Conceitos (socio)linguísticos: da linguagem aos estrangeirismos”, que não é o fato de conseguir ler e escrever que determina o fato de “saber” a língua, mas sim a capacidade de interação que ela promove e que com ela é realizada.

É nesse contexto de produção que outros textos surgiram, os quais despertaram em mim a vontade de analisar detalhadamente a visão dos alunos sobre os estrangeirismos no léxico do português brasileiro. Posso antecipar, aqui, que todos que lembraram da existência do fenômeno os classificaram como algo negativo. Pode-se argumentar que isso é o esperado, uma vez que a proposta de escrita incentivava efetivamente a busca de obstáculos para a disseminação da Língua Portuguesa, bem como para a integração entre povos lusófonos. A simples

definição do fenômeno como um Adamastor, entretanto, é o que me interessa destacar.

O primeiro texto desse bloco, produzido por João, traz a introdução dos estrangeirismos como algo que ameaça a soberania da Língua Portuguesa. Antes, João contextualizou a Língua Inglesa, apresentando-a como determinante para um futuro próspero:

"Desde o começo da nossa jornada estudantil, nos é dito que para conseguirmos uma boa colocação no mercado de trabalho, devemos nos dedicar ao estudo da língua inglesa. Isso ocorre pelo fato dela ser considerada o idioma universal, o que contribui para a 'idolatração' da mesma." (ANEXO V).

Nesse trecho, ele afirma que, por conta da importância do inglês no contexto mundial, o idioma recebe a idolatria dos brasileiros. Entretanto, a necessidade de aprender inglês para inserir-se no mercado de trabalho não é um problema por si só. No trecho a seguir, João demonstra uma preocupação sobre a relação entre as línguas:

"Com a era informacional, acabamos por consumir muito conteúdo produzido em inglês, e automaticamente introduzimos termos e expressões na nossa língua, utilizando-os no dia a dia. O problema não está na admiração de outras línguas, mas sim na inferiorização da nossa". (ANEXO V).

Nota-se, portanto, o medo de João de que a Língua Portuguesa, em algum momento, sucumba à Língua Inglesa, pois essa, por ser mais prestigiosa, está sendo inserida no léxico português e, conseqüentemente, inferiorizando-o. É importante mencionar que, no caso dele, logo na introdução, há uma consideração pertinente e produtiva sobre a variação no país, o que demonstra um repertório linguístico que passou por alguma construção: "O Brasil, por exemplo, possui uma variação linguística muito rica, advinda de uma hibridização cultural que forma a identidade da nação." (ANEXO V). Nesse sentido, a reflexão sobre variação e variedade linguística não é, exatamente, o problema, mas sim o reconhecimento dos estrangeirismos como parte desse processo.

A mesma questão pode ser percebida no próximo trecho, escrito por Maria, que parte de uma análise linguística coerente ao que a Sociolinguística determina como verdade, mas que, ao tratar dos estrangeirismos, acaba se afastando do discurso científico. Aqui, ela afirma que "em cada comunidade que a língua portuguesa passava, sofria algumas modificações, se renovando através do tempo e se adaptando aos falantes de cada comunidade" (ANEXO VI). Isto é, há o reconhecimento de que a língua, com o passar do tempo e por conta da interação entre os povos, modificou-se, ou seja, variou. Ao longo dos parágrafos argumentativos, nos quais ela precisou defender um ponto de vista em relação ao quê, de fato, configura-se como um obstáculo para a disseminação da Língua Portuguesa, há o distanciamento em relação ao que é cientificamente verdadeiro:

"por conta da tecnologia, os Estados Unidos estão se tornando uma grande potência. Devido a isso, o inglês acabou se tornando um idioma global, o que acabou influenciando muito na língua portuguesa. Muitas vezes, no dia a dia, acabamos usando palavras em inglês no nosso vocabulário, como 'sale' para promoção ou 'drive thru' para pegar o lanche. Assim, por mais que seja comum ver essas palavras no dia a dia, isso acaba prejudicando nossa língua, pois nos aproxima de outro idioma e perdemos o nacionalismo." (ANEXO VI).

Ainda que Maria tenha o entendimento de que a utilização de palavras estrangeiras é algo corriqueiro na sociedade, há a denúncia de que esse ato é prejudicial, porque, no fim das contas, aproxima a Língua Portuguesa de outras línguas, descaracterizando-a, conseqüentemente. Um outro detalhe interessante nesse trecho é o uso da expressão "perdemos o nacionalismo", algo parecido com o que Aldo Rebelo defendia em 1999, quando apresentou o projeto antiestrangeirismos à Câmara dos Deputados. Como esclarece Bagno (2012), esse discurso motivou a criação do conceito "crime idiomático", durante o regime de Getúlio Vargas, que, entre outras características, tinha fundamentos nacionalistas, com forte tendência fascista. Naquela época, Bagno aponta que "centenas de pessoas foram presas, torturadas ou confinadas a campos de concentração pelo simples fato de ousarem falar sua língua materna" (BAGNO, 2012, p. 54). Nesse sentido, é possível perceber que o combate aos estrangeirismos como forma de defesa do nacionalismo não demonstra apenas o distanciamento entre os discursos

científico e estudantil, mas também a perpetuação de um ideal que fere, sobretudo, os direitos humanos.

Vamos, agora, ao último trecho a ser analisado - escrito por Natália -, que, a meu ver, é o mais contundente. Vejamos, em primeiro lugar, a consideração feita pela estudante ainda na introdução: “Tal idioma (o português) não é tão valorizado quanto o inglês e o espanhol e, no Brasil, está ameaçado pelo excesso dos estrangeirismos” (ANEXO VII). Nesse caso, é possível notar que os estrangeirismos são, além de Adamastores para a disseminação da Língua Portuguesa, uma ameaça para a existência da mesma. Como mostrei no capítulo teórico, entretanto, não há nenhuma evidência de que isso possa ser verdade. Lembro, ainda, que Perini (2008) afirmou categoricamente que “não há o menor sintoma de que os empréstimos estrangeiros estejam causando lesões na língua portuguesa; a maioria, aliás, desaparece em pouco tempo, e os que ficam se assimilam” (PERINI, 2008, p. 13).

Esse trecho em específico foi o que, durante a leitura dos textos dissertativos-argumentativos produzidos pelos alunos, motivou-me a estabelecer a ponte entre o discurso científico da Sociolinguística, a legislação educacional brasileira e o repertório do alunado acerca do tema. Apesar de existir uma bibliografia contundente acerca do caráter natural dos estrangeirismos, que permeiam desde sempre o léxico do português brasileiro, discursos como o de Natália são comuns entre os jovens que encerram o ciclo da educação básica. Como veremos no subcapítulo a seguir, há algumas hipóteses para essa realidade, as quais serão discutidas mais a fundo.

O restante da argumentação de Natália segue a mesma linha, mas com menos fatalismo:

"No dia a dia dos falantes de Português, torna-se mais fácil a comunicação por meio da informalidade. Concomitante a isso, existe o uso exagerado de palavras em outras línguas, desvalorizando o idioma." (ANEXO VII).

"Pedir um '*hot dog*', perguntar para o amigo do bairro '*como você está my brother*' ou colocar na biografia de uma rede social '*brazilian actress*' valoriza ainda mais a cultura estrangeira. Além disso, quando usamos os estrangeirismos demasiadamente não nos permitimos conhecer outras palavras do léxico português." (ANEXO VII).

No primeiro trecho, nota-se que a estudante reconhece que a informalidade trabalha como um facilitador da comunicação, mas aponta o uso dos estrangeirismos como um ônus dessa questão, sendo um fator que desvaloriza a Língua Portuguesa. Assim como nos trechos anteriores, é interessante analisar que parte da reflexão linguística vai de acordo com o discurso científico; entretanto, quando há a abordagem dos empréstimos, há também o afastamento. No último, o(a) autor arrisca mencionar alguns dos estrangeirismos que, segundo ela(e), provocam a desinformação sobre outras palavras do léxico. Parte dos exemplos provavelmente fazem parte do cotidiano da(o) própria(o) estudante; na hora de utilizá-los como repertório, contudo, tornam-se Adamastores da Língua Portuguesa.

É interessante analisar, também, partes desse trecho sob o ponto de vista do valor, conforme desenvolvi no segundo capítulo. Principalmente em relação ao *brazilian actress*, é possível perceber que há, de fato, uma escolha pelo indivíduo que a usa, pois o correspondente imediato, “atriz brasileira”, não acarreta diferenças marcantes; além disso, a delimitação “colocar na biografia de uma rede social” marca que esse estrangeirismo em específico é utilizado na escrita, muito provavelmente com objetivo autopromocional. Quais são, assim, os objetivos de uma pessoa que prefere chamar-se “*brazilian actress*” em vez de “atriz brasileira”? Ambicionar papéis internacionais, talvez. Quem sabe impressionar - uma vez que vimos, com o apoio de Gnerre, que os estrangeirismos acarretam valor/prestígio - um possível empregador? Ou até mesmo, sob a mesma explicação, obter mais prestígio junto aos fãs.

Pode-se afirmar que Natália, apesar do discurso fatalista na introdução, promove uma discussão voltada, principalmente, ao valor linguístico dos estrangeirismos. O que poderia ser desse repertório caso a noção de que esse fenômeno é, sobretudo, natural enquanto a língua está em uso? É sobre isso que tratarei, de forma ensaística - sem qualquer ambição de encontrar causadores e propor soluções, na próxima parte: um subcapítulo da análise, que encerro por aqui.

4 RASCUNHANDO POSSIBILIDADES PARA A DISTÂNCIA ENTRE OS DISCURSOS CIENTÍFICO E ESTUDANTIL

É possível pensar em diversas hipóteses para que esses discursos, que vão completamente contra o que determina a Sociolinguística, sejam reproduzidos de forma não natural entre os alunos formandos ou formados na educação básica. Um deles é o patriotismo exacerbado, que ficou ainda mais evidente em 2018, quando a eleição presidencial opôs “nacionalistas” e “comunistas”⁶. Um dos textos analisados, inclusive, destaca que o uso dos estrangeirismos é uma afronta ao nacionalismo.

Outra hipótese é a ideia colonialista de defesa da pureza da Língua Portuguesa, que permeia o ideário nacional desde o século XVIII, quando Marquês de Pombal determinou o fim da Língua Geral (ou o *Nheengatu*), a qual era predominante no território brasileiro. Em artigo para o livro *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*, o professor Paulo Guedes discorreu sobre o projeto:

“A defesa da língua portuguesa é um projeto antigo, conservador, elitista e excludente. Teve início em 1757, quando o governo da metrópole portuguesa, para proteger a língua portuguesa, proibiu o uso da língua que todo mundo falava no Brasil desde o início da colonização. Era uma língua indígena, pois os portugueses é que precisavam falar com os índios para perguntar onde tinha mais pau-brasil, onde estava o ouro, se aquela fruta ali dava pra comer, como é que se curava bicho de pé. Proibiu e tomou providências: mandou prender, torturar e matar quem não quis passar a falar só em português” (GUEDES, 2012, p. 131).

Entretanto, a meu ver, é mais coerente interpretar esses discursos anticientíficos como produto de um distanciamento entre a Sociolinguística e a sociedade, mais especificamente a sala de aula. É importante ter em mente que, ao dizer que há um afastamento entre a Linguística enquanto ciência e o ensino de língua portuguesa, eu não afirmo que os documentos oficiais que embasam a educação nacional são completamente ineficazes; pelo contrário: os conceitos de

⁶ Sobre o “nacionalismo” - pouco conceitual, mas com muito apelo popular - representado pelo então candidato Jair Bolsonaro, ler o artigo “Atos de domingo consolidam ‘bolsonarismo’ como um fenômeno, assim como lulismo e chavismo”, escrito pela jornalista Beatriz Jucá e publicado no jornal El País.

variação linguística e, mais ainda, de conscientização acerca da pertinência de todas as variedades faladas no português brasileiro são muito bem formulados. É a aplicação deles, entretanto, que é o foco dessa hipótese.

Essa questão é reconhecida por Faraco em seu texto que também compõe a obra *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*, no qual o autor comenta que

“[...] parece que estamos ainda longe de alcançarmos esse ideal democrático (de colocar a voz da linguística no campo das batalhas culturais). Depois de 40 anos de sua introdução oficial nas universidades brasileiras, a linguística permanece invisível e inaudível para a sociedade em geral.” (FARACO, 2012, p. 37).

O contexto dessa publicação era bastante diferente do atual. Na época, o então deputado Aldo Rebelo tentou instituir, via Congresso Nacional, a proibição do uso e da produção de estrangeirismos em todo o território nacional. A fala de Faraco surge, portanto, como um alerta aos linguistas, principalmente àqueles que têm o interesse em sua aplicação nas escolas brasileiras, de que a ciência não tem proximidade com a sociedade.

“Não obstante, o projeto caminha pelo Congresso Nacional sem encontrar obstáculo, o que é claro sinal de que a questão linguística ainda não é uma questão da sociedade. Se o fosse, certamente o projeto não avançaria sem maiores percalços, porque, de alguma forma ou de outra, o Congresso Nacional é [...] uma caixa de ressonância da sociedade.” (FARACO, 2012, p. 42)

A partir das palavras de Carlos Alberto Faraco, portanto, é possível perceber que existe o entendimento de que há, sim, uma distância entre o discurso científico e o que é reproduzido nas escolas. Isso fica marcado nos trechos que expus no capítulo anterior, tanto em questões gerais sobre sociolinguística quanto naquelas que abordavam especificamente o risco que os estrangeirismos causam à Língua Portuguesa.

Além disso, quando discorri sobre as principais legislações educacionais produzidas recentemente no Brasil, apontei que, tanto nos Parâmetros Curriculares

Nacionais quanto na Base Nacional Comum Curricular, a abordagem sobre estrangeirismos foca na sua adequação/pertinência, sem prever, no entanto, um debate sobre o caráter irrefreável do fenômeno. A meu ver, essa imprecisão do documento pode motivar os discursos que expus na análise dos textos produzidos pelos alunos. Além disso, nenhum dos documentos legislativos aqui expostos aponta a importância da discussão sobre a relação entre língua, valor e os estrangeirismos, o que impede, também, uma reflexão crítica sobre os porquês do uso de palavras de outras línguas no português brasileiro. Sem a possibilidade de entender o fator irreprimível dos empréstimos e sob quais demandas sociais eles surgem, a meu ver, resta ao aluno vê-los como algo negativo, sucumbindo ao discurso nacionalista de que é necessário proteger a Língua Portuguesa.

Como afirmei ainda na introdução, o objetivo desse trabalho não era, por óbvio, analisar os porquês da existência de tais discursos, mas sim a forma como eles se manifestam, evidenciando o distanciamento entre a verdade científica e o repertório dos estudantes. Para dar esse outro passo, seria necessário um novo trabalho, com uma nova metodologia e um campo fértil para análises comparativas. Por enquanto, permaneço nos limites da hipótese.

5 QUE CONCLUO E O QUE NÃO POSSO CONCLUIR

É possível entender, relacionando o discurso científico, desenvolvido no capítulo “Conceitos (socio)linguísticos: da linguagem aos estrangeirismos”, às narrativas dos alunos, expostas na análise, que há uma grande distância entre as definições da Sociolinguística para variação, variedades e o fenômeno dos estrangeirismos e o que se torna repertório dos que completam o ensino básico. Em alguns momentos, apesar de ocorrer uma reflexão pertinente sobre variação linguística, inclusive com uso de termos científicos - como “hibridização”, quando os empréstimos viram foco, os estudantes recorrem ao discurso anticientífico, alertando para os efeitos negativos do uso de palavras estrangeiras para a Língua Portuguesa, configurando-o, inclusive, como ameaça para a perpetuação do idioma.

Como mencionei em alguns trechos ao longo do trabalho, meu objetivo não foi promover uma pesquisa sociolinguística - pois não desenvolvi ferramentas e metodologias que pudessem dar respostas precisas acerca de eventos linguísticos -, nem mesmo avaliar o ensino de Língua Portuguesa no país e/ou apresentar diretrizes para a construção de um sistema educacional mais eficaz, porque isso demandaria uma análise mais detalhada dos documentos legislativos e a observação de aulas e planos de ensino de Língua Portuguesa. Esse trabalho, portanto, restringiu-se ao objetivo de expor as incongruências entre os discursos científico - que são tidos como verdade pela Sociolinguística - e estudantil - reproduzido por alunos que concluíram o ensino básico. Consegui, dessa forma, mostrar que há, quando se trata de estrangeirismos, incoerências entre a ciência e os documentos que legislam a educação brasileira: enquanto se tem como verdade incontestável tanto o caráter natural e irrefreável dos empréstimos dentro de uma língua em uso quanto a existência de um valor intrínseco às escolhas linguísticas que levam a eles, os PCNs e a BNCC preveem somente uma análise superficial, discutindo adequação/inadequação e pertinência/impertinência, deixando expostas algumas lacunas. Apresentei também que tais lacunas se configuram nos textos produzidos pelos vestibulandos, que viram os estrangeirismos não só como

obstáculos para a disseminação da Língua Portuguesa, mas também como uma ameaça para a sua existência.

A partir dessas respostas, tornam-se possibilidades para o futuro a discussão sobre os porquês desse distanciamento entre a ciência e o repertório dos estudantes. Apontei, neste trabalho, três teses, mas destaquei aquela em que mais acredito: segundo essa, há um afastamento entre a Sociolinguística - enquanto ciência a ser aplicada - e o ensino de Língua Portuguesa, o qual é possivelmente intermediado pela imprecisão dos documentos legislativos.

Com esse trabalho, consegui dar vazão a uma vontade que me perseguiu durante toda a graduação: fazer uma pesquisa dentro da área da linguística. Além disso, e é o que me deixa ainda mais satisfeito, ela só nasceu por conta da minha experiência enquanto professor. Associar duas das questões que mais me motivaram a iniciar e a concluir a graduação em Letras é, com certeza, como disse na introdução, encerrar com chave de ouro.

6 REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, Carlos A. (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília, 2000.

CEZARIO, Maria; VOTRE. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário (org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

FARACO, Carlos A. (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

FARACO, Carlos; TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto** para estudantes universitários. [Cidade]: Vozes, 2001.

FIORIN, José Luiz (org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

GARCEZ, Pedro; ZILLES, Ana. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: FARACO, Carlos A. (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo, 1991.

GUEDES, Paulo. E por que não nos defender da língua? In: FARACO, Carlos A. (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

GUIMARÃES, Ana; HAAS, Daniela. **Redação de vestibular: um gênero de texto?** Revista Entrelinhas, [Cidade], v. 8, n. 1, p. 81-89, jan./jul. 2014.

ILARI, Rodolfo. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2011.

JUCÁ, Beatriz. Atos de domingo consolidam 'bolsonarismo' como um fenômeno, assim como lulismo e chavismo. **El País**, São Paulo, 28 mai. 2019.

LEITE, Marli Quadros. Variação Linguística: dialetos, registros e norma lingüística. In: SILVA, L. A. Da. **A língua que falamos**. Português: história, variação e discurso. São Paulo: Globo, 2005.

MENDES, Ronald Beline. Língua e variação. In: FIORIN, José Luiz (org.) **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

MORATO, Rodrigo; PRADO, Daniela. A redação do ENEM como gênero textual-discursivo: uma breve reflexão. **Cadernos Espuc**, Belo Horizonte, n. 29, p. 205-219, 2016.

PERINI, Mário A. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008

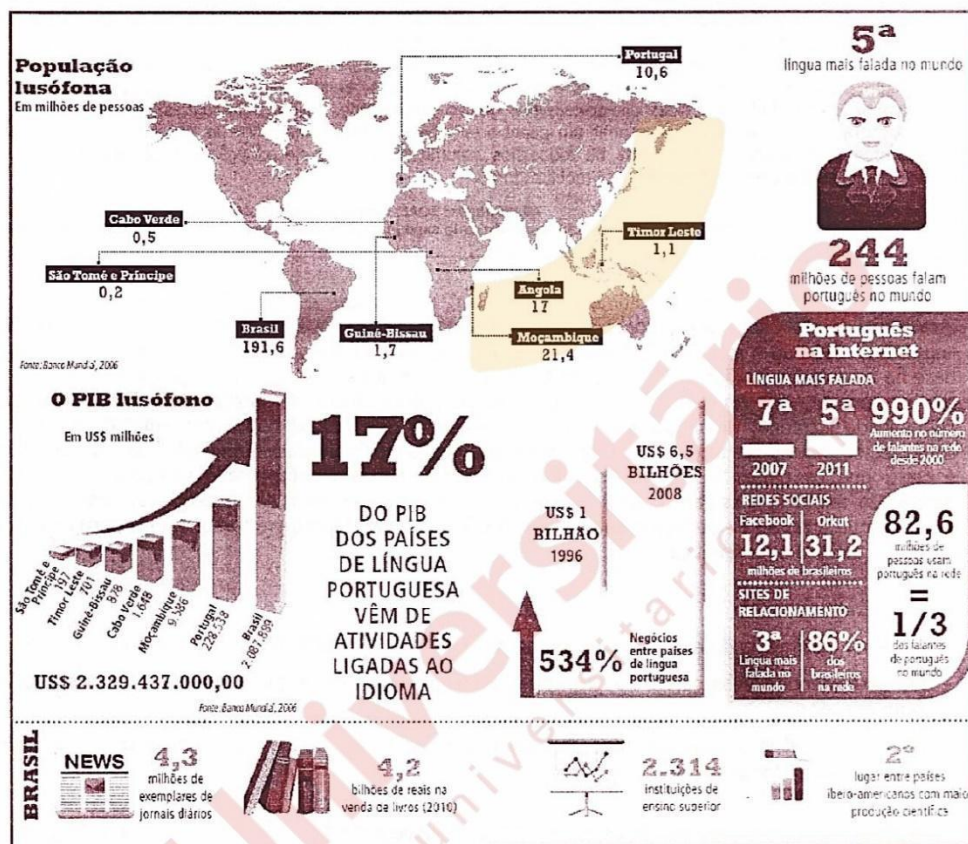
SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2014.

ANEXOS

ANEXO I – Proposta de escrita da prova de redação do Concurso Vestibular da UFRGS 2012 (frente e verso).

PROVA DE REDAÇÃO

Observe a figura abaixo.



Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=12426>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

Os dados da figura mostram que a língua portuguesa no mundo está em evidência; assim, as comunidades dos países lusófonos, em especial o Brasil, vêm se destacando no cenário econômico mundial, como se observa na linha ascendente do gráfico na figura.

À medida que aumenta o número de pessoas que falam a língua portuguesa no mundo, especialistas em língua e literatura portuguesas lançam instigantes reflexões acerca do nosso idioma em fóruns de discussão. Com base nessa informação, leia o texto a seguir.

A Língua Portuguesa é [...] objecto das nossas preocupações; começo por citar a frase de um escritor moçambicano – Mia Couto – que usa a língua portuguesa como o veículo transmissor da sua cultura e da sua criatividade. A frase é simples, mas de um grande alcance universal – “o mar foi ontem o que o idioma pode ser hoje, falta vencer alguns Adamastores”. Parafraseava o autor uma forte e bela imagem literária, criada por Luís de Camões, querendo significar as grandes dificuldades que as naus portuguesas enfrentaram na descoberta desse mar que “naufrágios e perdições de toda a sorte” causavam a quem se aventurava na sua conquista. A figura do Adamastor chegou até aos nossos dias como o símbolo mítico e utópico dos obstáculos que é preciso vencer quando desejamos algo de muito importante. [...]

A expansão, a adaptação e o enriquecimento que a Língua Portuguesa foi sofrendo ao longo do tempo valorizaram-na e tornaram-na veiculadora de múltiplas culturas. Sendo, além disso, língua comum de uma grande comunidade de países dispersos pelos quatro continentes, a língua portuguesa poderá reforçar a cooperação entre os povos e assumir um papel preponderante no diálogo entre as nações. Isso implica um conjunto de desafios que é tarefa de todos nós assumirmos através de adopção e execução de políticas, estratégias e acções verdadeiramente mobilizadoras.

Adaptado de: BOAL, Maria Eduarda. *Os Adamastores da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://observatorio-ip.sapo.pt/pt/f/questoes-de-lingua>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

Este texto revela que a “última flor do Lácio” criou raízes e gerou frutos; ao cruzar mares e atravessar fronteiras, acabou por constituir uma comunidade que compartilha a mesma *herança* linguística, mas não a mesma identidade. Cada uma dessas comunidades construiu suas *memórias* com base na história que edificou. Ademais, em alguns desses territórios, a língua portuguesa também acabou por se renovar, por apresentar uma feição singular, pois objeto de *criação* dos falantes de cada comunidade lusófona. Nessa perspectiva, o nosso idioma é, antes de tudo, uma entidade social que, como tal, se movimenta através do tempo e adquire novas configurações, edificando sua história. Assim, é certo que os países lusófonos, em alguma medida, revelam determinada identidade no cenário econômico mundial, mas, ao mesmo tempo, é da manifestação particular dessa língua em cada país lusófono que a noção de pertencimento a uma Nação se constrói tanto em territórios da Europa, quanto da África, da Ásia e da América.

Considerando

- que é por intermédio do nosso idioma que nossa identidade enquanto Nação se configura,
- que essa identidade se revela na percepção da língua portuguesa como *herança*, como *memória* e como *criação* e
- que cada um desses aspectos pode ser observado não só dentro de nós próprios como no âmbito coletivo, nacional e global,
- **escolha** um ou mais desses três aspectos que você julgue importantes acerca da língua portuguesa;
- **determine como** e **por que** eles representam, para essa língua, algum tipo de “Adamastor”; e
- **redija** uma redação, **de carácter dissertativo**, justificando sua escolha e defendendo seu ponto de vista.

Instruções:

- 1 - Crie um título para seu texto e escreva-o na linha destinada a este fim.
- 2 - Redija uma redação com extensão **mínima de 30 linhas**, excluído o título – aquém disso, seu texto não será avaliado –, e **máxima de 50 linhas**, considerando-se letra de tamanho regular.
- 3 - As redações que apresentarem segmentos emendados, ou rasurados, ou repetidos, ou linhas em branco terão esses espaços descontados do cômputo total de linhas.
- 4 - Lápis poderá ser usado apenas no rascunho; ao passar sua redação para a folha definitiva, faça-o com letra legível e utilize caneta.

ANEXO II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (frente e verso)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Gostaríamos de solicitar sua autorização para que a sua instituição participe do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“Conceitos-chave sobre variação linguística nas redações de Pré-vestibulandos: do terror ao estrangeiro ao preconceito linguístico”**, realizado pelo pesquisador Pedro Henrique Silva Spiess com a orientação da professora Lia Schulz. Os dados serão coletados para análise descritiva.

O objetivo da pesquisa é observar a forma como os alunos entendem os fenômenos de variação linguística - mais especificamente os estrangeirismos - a partir de textos produzidos por eles mesmos. Esta pesquisa pretende, entre outras questões, colaborar com o enriquecimento das estratégias de ensino e de aprendizagem, visando à qualificação da Educação de maneira geral e, em específico, do aprendizado dos alunos no que diz respeito às noções de Variação Linguística e suas implicações na sociedade.

A pesquisa será realizada a partir da análise dos textos produzidos pelos alunos referente à proposta **“Os Adamastores da Língua Portuguesa”**, realizados nos anos de 2020 e 2021. A participação da instituição – por meio dos textos escritos – na pesquisa é VOLUNTÁRIA, desse modo, pode-se solicitar, a qualquer momento e por qualquer razão, a não participação no projeto.

A colaboração dos alunos se dará da seguinte forma: os trabalhos produzidos por eles serão utilizados para posterior análise. A **identidade dos alunos será preservada**, isto é, ao realizar a digitalização dos documentos, os nomes dos estudantes não serão armazenados junto aos textos, impedindo que futuramente se possa associar uma dada redação a um dado aluno. Do mesmo modo, nenhum nome de estudante aparecerá em publicações futuras que possam resultar da pesquisa aqui proposta. Além disso, **não constará** nestas publicações o nome da instituição em que os dados foram coletados.

Mais uma vez, a participação da instituição não é obrigatória, portanto, caso haja necessidade de se negar a ter os textos analisados pelo pesquisador posteriormente, isso poderá ser feito.

Você receberá uma cópia deste termo em que consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Assinatura do(a) Pesquisador(a)

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500. CEP: 91540-000, Porto Alegre - RS.

Contatos do pesquisador – E-mail: profpedrospiess@gmail.com/Telefone: 51 983118024

Eu,, declaro que fui devidamente esclarecido e concordo com a participação da minha instituição na pesquisa acima descrita, assim como autorizo o uso dos textos produzidos pelos alunos para fins de pesquisa acadêmica.

Assinatura do(a) responsável pela instituição

Documento de Identificação do(a) responsável

data

ANEXO III – Redação do aluno Rafael (frente e verso)

A língua é como seres humanos

1 O idioma lusófono espalhou-se pelo mundo graças a co-
2 lonização portuguesa em diferentes países como Brasil, Moçam-
3 bique, Cabo verde, Angola, entre outros. No entanto, o legado
4 lusitano não foi o suficiente para a unificação da língua,
5 devido a diferentes criações e heranças que modificam esta, tor-
6 nando-a singular em cada lugar onde é falada e dificult-
7 tando seu domínio completo.

8 Em primeira análise, nota-se que o dialeto luso sofre
9 mudanças constantes por estar sempre em processo de criação,
10 construção e evolução. Isso pode ser percebido, tendo em vis-
11 ta o uso de gírias e palavras distintas, que dependem do es-
12 tado, cidade e até mesmo bairro do falante, podendo ter
13 essas variações de acordo com classe ou meio social, idade
14 e referências culturais. Logo, tais características tornam-se
15 obstáculos para a total compreensão e integração do portu-
16 guês, posto que temos: a desigualdade social e educacional que
17 não fornece o mesmo nível de aprendizado linguístico a todos,
18 sendo a camada social determinante da qualidade de ensino, o
19 uso de gírias antigas e atuais que podem distanciar o diálogo
20 entre cidadãos mais velhos e mais jovens, acontecimen-
21 tos históricos de cada região que transformam expressões
22 e sotaques.

23 Ademais, também observa-se que, embora a heran-
24 ça linguística dos países que tem como língua oficial o por-
25 tuguês, sejam os portugueses, a identidade de cada fala é
26 produto da miscigenação, específica em cada território.

27 Exemplificando, no Brasil, a chegada das navegações
28 de Portugal, com a linguagem portuguesa, o desembarque
29 também de indivíduos da África, com o dialeto africano,

30 somados as comunidades indígenas que já estavam na área
31 com suas expressões (principalmente o tupi) resultaram no por-
32 tuglês brasileiro.

33 Portanto, conclui-se que, tanto a criação, quanto as
34 manifestações culturais e históricas do português em cada
35 lugar, podem se mostrar como obstáculos para a unifica-
36 ção da língua. Destarte, faz-se necessário promover e ins-
37 tigar maior domínio geral do idioma e compreender, também,
38 ~~que este é~~ que este é como os seres humanos, tem perso-
39 nalidade, é muito do que a família ensinou, sempre pode
40 mudar seu estilo e é necessário paciência para ~~comp~~ entende-
41 -los. Afinal, seguindo a ideia de Franz Kafka "A única coisa
42 que devemos respeitar, porque ela nos une, é a língua".

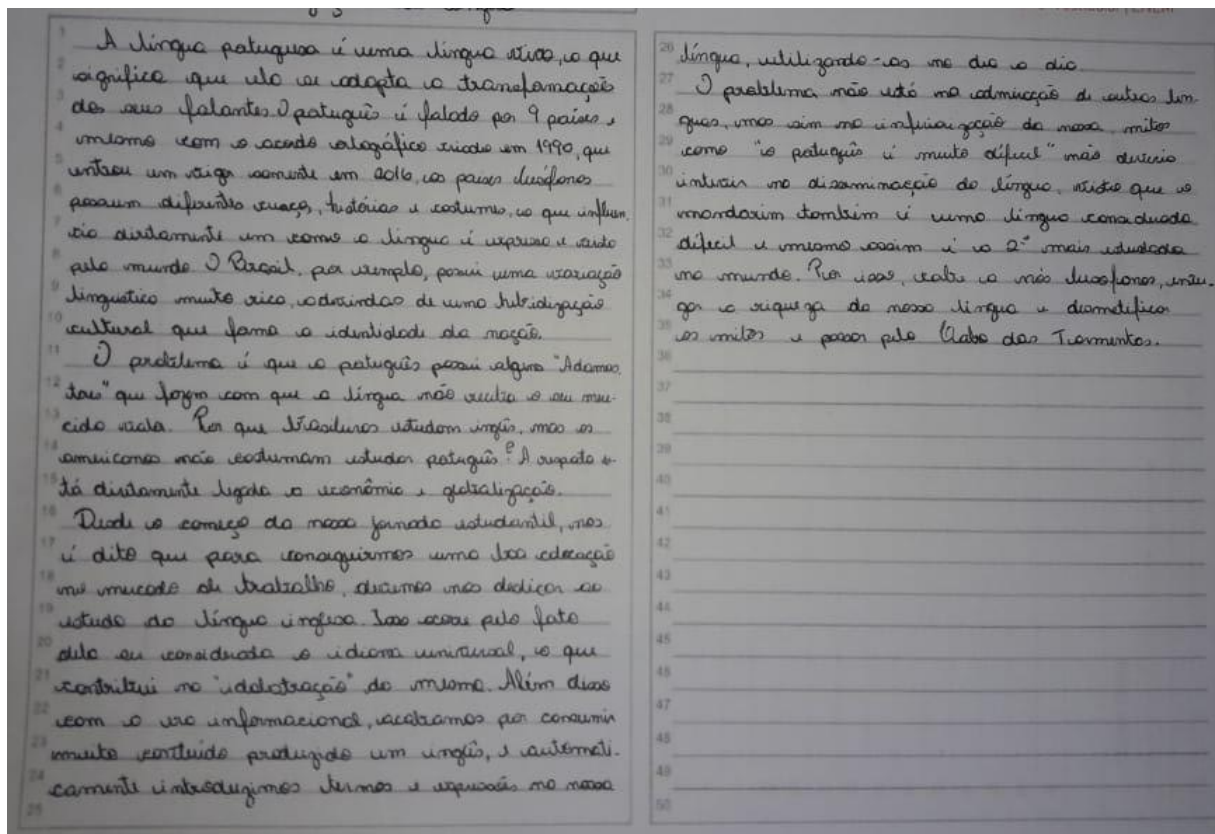
ANEXO IV – Redação da aluna Laura (frente e verso)COMO ADAMASTOR FOI SUPERADO POR VASCO DA GAMA

Assim como o Brasil, a língua portuguesa possui uma grande bagagem histórica. Há uma massiva confluência de valores e fundamentos que tornam essa língua muito ampla e diversa. De fato, existe uma riqueza cultural que pode ser vista como agravante para a ascensão do português no cenário mundial. A variação brasileira é, sem dúvidas, um grande pilar desse crescimento, dada a visibilidade que o Brasil tende a ter em níveis cada vez maiores. Porém, ainda há inúmeras barreiras a serem vencidas para que o português possa se equiparar ao mandarim e o inglês em popularidade.

Grças às diversas origens das culturas brasileiras, o português sofreu e ainda sofre de muitas variações. Alguns movimentos literários enaltecem os diferentes aspectos da língua. Culturas africanas, europeias e principalmente, indígenas englobam as origens do país e isso o torna muito diverso e único. O poema "língua portuguesa" de Cláudio Bilac evidencia essa diversificação de valores e a jovialidade do país e idioma que ainda vêm se ajustando e adaptando às novas realidades.

A herança que foi assegurada ao Brasil ainda lhe dá inseguranças para poder desfrutar das maravilhas do primeiro mundo. Nos foi deixado um legado de incertezas e desestruturas que, a cada dia, vêm sendo desmantelados. Primeiro, é preciso, de fato, haver a necessidade de domínio da língua por outros países. Isso se dá com o engrandecimento do país em âmbitos políticos, sociais, educacionais e, principalmente, econômicos. Até o momento, há uma taxa muito grande de analfabetismo que dificulta o enriquecimento da língua uma vez que se a po-

ANEXO V – Redação do aluno João



ANEXO VI – Redação da aluna Maria (frente e verso)

As raízes da língua portuguesa

A língua portuguesa é a herança deixada pelos colonizadores portugueses. Ao atravessarem mares e chegar ao Brasil, compartilharam sua herança linguística. Nesse sentido, possuímos a mesma forma de nos comunicar, mas não a mesma identidade. Em cada comunidade que a língua portuguesa passa, sofre algumas modificações, se renovando através do tempo e se adaptando aos falantes de cada comunidade.

Em primeiro plano, é válido ressaltar que, a língua portuguesa foi adotada como idioma oficial em onze países, que fazem parte do chamado mundo lusófono. São eles, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Guiné-Equatorial. São aproximadamente 230 milhões de falantes espalhados pelo mundo. Recentemente foi criado o Novo Acordo Ortográfico, isso pode ser percebido, tendo em vista que, unificou a grafia das palavras, o que facilitou as publicações no idioma e nas variedades linguísticas. Cada país possui uma cultura diversa, o que influencia na maneira de falar de seus habitantes. Logo, a mudança da grafia não trás nenhum prejuízo, só facilita cada cultura a se adaptar com a linguagem.

Por conseguinte, na atualidade, pelo uso da

tecnologia, os Estados Unidos estão se tornando uma grande potência. Devido a isso, o inglês acabou se tornando um idioma global, o que acabou influenciando muito na língua portuguesa. Muitas vezes, no dia a dia, acabamos usando palavras em inglês no nosso vocabulário, como "sale" para promoções ou "dure thru" para pegar o lanche. Assim, por mais que seja comum ver essas palavras no dia a dia, isso acaba prejudicando nossa língua, pois, nos aproximamos de outro idioma e perdemos o nacionalismo.

Portanto pode-se notar que, a língua portuguesa é a melhor herança que deixaram. O idioma nos unifica como nações. Com isso, cada região se adapta à língua e mesmo com diferentes sotaques e culturas, a língua torna cada indivíduo e cada região única. Afinal, o idioma é como uma árvore recém plantada, aos poucos vai crescendo e quando raízes naquela região, vão nascendo galhas e folhas, se espalhando cada vez mais e quando finalmente achamos que não haverá mais modificações, o tempo passa e as estocões mudam, fazendo as folhas caírem e começar um novo ciclo. Assim como a língua que varia com o tempo mas nunca perderá suas raízes.

ANEXO VII – Redação da aluna Natália

1 O Império Romano teve a sua ascensão
 2 na Antiguidade. A medida que os romanos expandiam os seus territórios pela Europa, o latim,
 3 língua oficial do império, misturava-se com os
 4 dialetos dos povos conquistados. Assim que os
 5 romanos chegaram na Península Ibérica, ori-
 6 ginou-se a língua Portuguesa. Tal idioma não
 7 é tão valorizado quanto o Inglês e o Espanhol e,
 8 no Brasil, está ameaçado pela excessiva ex-
 9 trainguerismos.

10 O músico Lê Ramalho, compôs em parceria
 11 com outros músicos a canção "Extraingueris-
 12 mos". A música relata a ida de um grupo de a-
 13 migos ao restaurante "MacDonalds". Quando de-
 14 ga ao local, o eu-cancional fica confuso, tanto
 15 com as palavras que constam no cardápio quan-
 16 ta com a linguagem dos funcionários, pois ambos
 17 estão repletos de extrainguerismos. No dia-a-dia
 18 dos falantes de Português, torna-se mais fácil
 19 a comunicação por meio da informalidade. Con-
 20 comitante a isso, existe o uso exagerado de pala-
 21 vras em outras línguas, denominando o fenô-
 22 mo. Pedir um "hot dog", perguntar para o amigo
 23 do bairro, como você está "my brother" ou co-
 24 locar na biografia de uma rede social "Jerusalem
 25 cities", valoriza ainda mais a cultura estrangeira.
 26 Além disso, quando usamos os extrainguerismos de-
 27 marcadamente não nos permitimos conhecer ou-
 28 tras palavras do léxico - português.
 29 Segundo alguns historiadores, parte da cul-
 30 tura e linguagem das antigas colônias de Portu-
 31 gal, permaneceram com as características da na-
 32 ção. O Brasil, por exemplo, continuou com as arqui-
 33 tetos linguísticas dos colonizadores e das tribos na-
 34 tivas na região. Tal sincretismo ajudou a pá-
 35 triza a se transformar no que é atualmente. Os
 36 raízes da língua Portuguesa estão presentes
 37 no cenário mundial, devido à música, ao teatro
 38 e outras artes e artesões. Cantoras como a leoa-
 39 leira Anitta e exibir-se como o angolano Pene-
 40 tela têm a oportunidade de colocar as culturas
 41 citadas, em evidência. Todavia, por serem nações
 42 menos desenvolvidas, talvez seja mais fácil a a-
 43 adoção da cultura de falantes de Inglês, tendo co-
 44 mo base a economia, política e outros aspectos.
 45 Conhecer outras línguas é importante para a for-
 46 mação multicultural dos indivíduos. Entretanto, não co-
 47 nhecer as particularidades da língua Portuguesa, torna-
 48 os extrainguerismos em sua terra e ao mesmo tempo
 49 não ter de fazer distantes.